

FACULDADE LABORO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL

BRUNA BARBOSA ARAUJO

SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: A consolidação do projeto
ético-político no Brasil

São Luis
2019

BRUNA BARBOSA ARAUJO

**SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: A consolidação do projeto
ético-político no Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de
Especialização em Políticas Públicas e
Gestão da Assistência Social, da
Faculdade Laboro, para obtenção do
título de Especialista.

Orientador(a): Prof.(a). Ma. Melcka Yulle
Conceição Ramos

São Luis- MA

2019

BRUNA BARBOSA ARAUJO

SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: A consolidação do projeto
ético-político no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de
Especialização em Políticas Públicas e
Gestão da Assistência Social, da
Faculdade Laboro, para obtenção do
título de Especialista

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Melcka Yulle Conceição Ramos
Mestra em Educação
Universidade Federal do Maranhão— UFMA

Examinador 1

Examinador 2

Araújo, Bruna Barbosa

Serviço social na contemporaneidade: a consolidação do projeto ético-político no Brasil/ Bruna Barbosa Araújo-. São Luís, 2019.

Impresso por computador (fotocópia)

12 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social) Faculdade LABORO. -. 2019.

Orientadora: Profa. Ma. Melcka Ramos

1. Projeto ético-político. 2. Serviço Social. 3. Sociedade. I. Título.

CDU:364

RESUMO

O projeto ético-político do Serviço Social está vinculado às transformações da sociedade, no trabalho, o foco está na sociedade brasileira. É uma ferramenta fundamental para a atuação dos assistentes sociais, entrando na dimensão política da intervenção desses profissionais. A configuração do projeto ético-político está moldada nos embates sociais e no compromisso profissional da categoria. O projeto propõe o compromisso com a construção de uma nova ordem social e o comprometimento com valores historicamente construídos. Assim, os limites e desafios postos cotidianamente ao profissional, fazem do projeto, instrumento de efetivação de direitos, para o alcance da qualidade na atuação.

Palavras-chaves: Projeto ético-político; Serviço Social; Sociedade.

ABSTRACT

The ethical-political project of social work is linked to changes in society, at work, the focus is on Brazilian society. It is a fundamental tool for the work of social workers, entering the political dimension of the involvement of such professionals. The configuration of the ethical-political project is framed in social struggles and professional commitment in this category. The project proposes the commitment to build a new social order and the commitment to values historically constructed. Thus, the limits and challenges faced daily by professional, do the project, enforcing rights instrument to achieve quality in performance.

Keywords: ethical-political project; Social Service; Society.

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de se conhecer sobre o projeto ético-político do serviço social brasileiro, tem se tornado fundamental para a categoria, justamente pela sua vinculação característica de transformação, intervenção na sociedade, de se ter possibilidades de escolhas, e consciência diante das necessidades sociais que são emergentes no dia-a-dia.

O projeto está vinculado à transformação da sociedade, entrando na dimensão política da intervenção do profissional. A vinculação com particularidades e diversos interesses sociais, permeiam as mudanças do serviço social, e no Brasil, tem-se o compromisso com a transformação da ordem social vigente, a fim de direcionar esse profissional nas suas ações, frente às diferentes questões postas cotidianamente.

A construção do projeto ético-político se mostra permanente, e constitui avanços a categoria profissional. Aliado ao Código de Ética e outros instrumentos de regulamentação, o assistente social molda a sua atuação, tendo possibilidades de escolha, compromisso com a qualidade dos serviços prestados e com o seu usuário.

Por fazer parte da classe trabalhadora, os assistentes sociais dependem da venda de sua força de trabalho para sobrevivência, mas em contrapartida vêm implicações em suas atuações profissionais, devido á precarização do reconhecimento da classe trabalhadora pelo Estado.

2. PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: Contextualização histórica e configuração no Brasil

O Serviço Social brasileiro, em toda sua trajetória, foi permeado por mudanças sociais significativas, que impulsionaram o processo de ruptura com o conservadorismo profissional -- gênese da sua prática--, mudanças pautadas no contexto histórico, de questionamentos e amadurecimento do país, em que as demandas sociais, exigiam aprofundamento dos profissionais do Serviço Social.

A construção do projeto ético político do Serviço Social no Brasil acontece desde os anos 1970, mais precisamente no final desta década,

comprometido com as causas dos trabalhadores, aderindo aos ideais do Movimento de Reconceituação visto na América Latina. No Brasil, esse movimento estava migrado no processo de redemocratização do país, com o rompimento ao tradicionalismo, tendo seu marco durante o III CBAS, que aconteceu em 1979, conhecido como “Congresso da Virada”.

A partir desse congresso, marcado por grandes transformações e mudanças no que lhe foi proposto anteriormente pelos próprios profissionais de Serviço Social, no que diz respeito à atuação do assistente social e a um novo projeto ético político da profissão, que vem sendo construído historicamente com determinação e conhecimento, demarcando sua direção ao lado da classe trabalhadora e não mais atendendo apenas ao conservadorismo. Mediante a isso, o Assistente Social se posiciona de forma crítica, podendo fazer seus questionamentos para que haja um rebatimento mais amplo de sua idéia ao lado da classe trabalhadora, compartilhando seus conhecimentos e como consequência adquirindo-os (GODOY, 2009, p. 3)

A sociedade que se configura no Brasil na década de 80, motivou a construção de uma nova identidade para o Serviço Social, a fim de intervir nas sequelas da Questão Social (rodapé), decorrente da própria relação exploradora do Capital x Trabalho, interpretação proveniente da aproximação com a teoria social marxista, que se tornou base importante na nova configuração da profissão, onde se buscará uma atuação pautada na investigação social dialética, ultrapassando o imediatismo e a visão aparente do objeto, próprios da vertente positivista que esteve presente no processo de construção do serviço social no país.

Este projeto nasce do processo de enfrentamento e denúncia do conservadorismo profissional iniciado na transição da década de 1970 à de 1980 com a “intenção de ruptura” [...] nomeado Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro (década de 1990, até os dias atuais). No meu entender, este projeto toma como base, antes de tudo, os princípios do Código de Ética do assistente social (que, não fragmentados, lhes servem de preceito) e o projeto de formação da ABEPSS, que traz explícita referência na teoria social crítica – Marx e o marxismo. Ou seja, nos onze princípios do Código de Ética tomados como totalidade [...] rumo à emancipação humana (VASCONCELOS, 2015, p. 297).

O projeto ético político do serviço social tem seu aperfeiçoamento nos anos 1990, sobretudo com a institucionalização do Código de Ética de 1993, pois explicita a maturidade profissional da categoria, com a criação de novos centros de formação, criação de cursos de pós-graduação, mestrado e

doutorado, incentivos às produções de conhecimento científico, interlocução com outras categorias profissionais e ampliação dos espaços sócio ocupacionais para profissão.

Após o acúmulo de mudanças significativas, o projeto ético político é desenvolvido no cenário de contradições e desafios. Os Códigos de Ética são reflexos da influência do momento histórico, social e político vigente em cada época. O atual Código, de 1993, define uma nova ética, moldada na realidade social, na totalidade, representando um novo perfil profissional com enfrentamento às novas, e antigas, refrações da questão social, com compromisso de romper com a atuação conservadora da profissão e, sobretudo, possui a atribuição de lutar em defesa da classe trabalhadora e pela construção de uma nova ordem social, livre dos processos de exploração e desigualdade.

As mudanças ocorridas no Serviço Social do Brasil trouxeram significativas contribuições para a profissão. A implantação do Código de Ética de 1993, trouxe mecanismos norteadores para a atuação profissional, em que suas crenças, aceções políticas e valores morais, não devem interferir no seu trabalho, na prestação do serviço ao usuário. As alterações ocorridas na sociedade brasileira significaram o amadurecimento do projeto e a adequação aos parâmetros éticos.

O projeto se posiciona ao lado da equidade, das classes trabalhadoras e da justiça social, na perspectiva da universalização de valores, em que se possa a partir das atividades a concretização e exercício da cidadania, já para o profissional implica um comprometimento com suas atividades, com a qualidade dos serviços prestados a população pela instituição, e como a participação dos usuários pode ser importante para o uso dos recursos institucionais.

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos e, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais, e estabelecem as balizas da sua relação com os usuário de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (NETTO, 1999, p. 95).

O projeto ético-político possibilita aos profissionais do Serviço Social, o desenvolvimento da sua atuação, a construção de respostas às novas demandas sociais, reconhecendo a liberdade como valor central, o compromisso com a autonomia, emancipação dos indivíduos sociais, consolidação da cidadania, na busca por equidade e justiça social. Até os dias atuais, o projeto está em fase de construção e avanços, diante do advento das políticas neoliberais e do próprio neoconservadorismo visto na categoria, impulsionando a organização política dessa categoria, através de fóruns, de suas entidades de representação e na produção de conhecimento.

3. **EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO:** Limites e possibilidades na atualidade.

Segundo Iamamoto (2012), o Serviço Social se configura como profissão no momento em que toma uma base técnico-científica às suas atividades. A profissionalização do Serviço Social encontra-se interligada à expansão da produção capitalista, tendo em vista as lutas dos trabalhadores pelos seus direitos e com a ampliação do próprio Estado e das relações sociais capitalistas, o mesmo encontra-se obrigado a administrar e mediar os conflitos sociais em busca de harmonia na sociedade no que tange as refrações da questão social.

O que merece destaque é que o projeto profissional não foi construído numa perspectiva meramente corporativa [...] Ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais e dos trabalhadores especializados, o projeto profissional os ultrapassa, porque é histórico e dotado de caráter ético-político, que eleva esse projeto a uma dimensão de universalidade, a qual subordina, ainda que não embace a dimensão técnico-profissional. Isto porque ele estabelece um norte, quanto a forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses da coletividade ou da “grande política”, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade da práxis social (IAMAMOTO, 2012, p. 227)

Desta forma, o assistente social é requerido pelo Estado para desenvolver uma política sócioassistencial que se efetiva através de prestações de serviços sociais. O Serviço Social, a partir de então, rompe com a idéia de filantropia e caridade fornecida pela classe dominante e transforma-se em um facilitador para a efetivação de políticas públicas oferecidas pelo

Estado, mesmo que estas políticas não sejam efetivas, ou meramente focalizadas, distantes do seu real sentido, que seria, como propôs Keynes, ampla a todos os seguimentos sociais.

A política keynesiana, direcionada ao “pleno emprego” e à manutenção de um padrão salarial capaz de manter o poder de compra dos trabalhadores, implicou o reconhecimento do movimento sindical em sua luta por reivindicações políticas e econômicas. Permitiu, assim, que famílias pudessem aplicar sua renda monetária para consumir e dinamizar a economia. A prestação de serviços sociais públicos foi estimulada, criando condições para a constituição e desenvolvimento da profissão (IAMAMMOTO, 1992).

Cabe lembrar que o Estado é responsável não só pelas mudanças na produção, mas também pelas mazelas que tais mudanças trouxeram para a sociedade, como por exemplo, a privatização do que deveria ser público. A submissão do Estado a interesses internacionais, atinge política e economicamente, influenciando diretamente a vida em sociedade.

O mercado se torna o meio de regular a vida social, incentivando o individualismo, onde os sujeitos são impulsionados ao conflito, na tentativa de entrarem no mercado de trabalho, que está cada vez mais competitivo, em que os indivíduos se encarregam de extensas jornadas de trabalho, além de se sujeitarem a trabalhos terceirizados e precários por não terem alternativas, já que a mecanização substitui e desvaloriza a mão-de-obra do trabalhador.

Os assistentes sociais, por sua vez, enquadram-se como partícipes da classe trabalhadora e precisam suprir suas necessidades e se reproduzirem materialmente. Estes profissionais se inserem nas modificações que o Estado impõe, vêm-se limitados ao executarem sua profissão, visto que suas ações dependem de recursos, onde existe uma carência de serviços e políticas públicas.

Esse novo momento de expansão capitalista altera a demanda de trabalho do assistente social, modifica o mercado de trabalho, altera os processos e as condições de trabalho nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas. Verifica-se uma ampla retração dos recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e dos meios de acessá-los. Enfim, tem-se um redimensionamento das condições do exercício profissional que ele se efetiva pela mediação do trabalho assalariado. (IAMAMMOTO, 1992).

As crises constantes do Estado capitalista reverbera as fragilidades das relações de trabalho; a falta de emprego, a privatização das instituições públicas e a substituição dos concursos públicos por contratos e indicações à cargos comissionados, são mecanismos que precarizam o trabalhador. Estas relações reinteram o colapso nos processos de trabalho do assistente social que, a cada instante, é empurrado a condições de trabalhos incertas e sem garantias nenhuma. Tudo isto impossibilita o fazer profissional, autonomia e liberdade, que são aspectos primordiais no desenvolvimento e efetivação dos direitos dos usuários dos serviços.

É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional. Ainda que os profissionais disponham, no mercado de trabalho, de uma relativa autonomia na condução de suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos (IAMAMOTO, 2012, p. 219).

Assim, reconhecemos os limites da efetividade do projeto ético político, onde é possível assegurar que a realização do mesmo depende de um conjunto de intervenções profissionais, que pode ocorrer isoladamente no meio institucional, bem como em conjunto em espaços de discussão e resolução profissional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto ético-político como modelo de projeto societário, mostra o direcionamento da sociedade, na atuação profissional, apresentando valores, objetivos e funções, necessárias para o exercício, sendo construído no momento histórico de redemocratização, contexto de transição dos anos 70 e 80, diante do processo de redemocratização da sociedade do Brasil.

Diante da recusa ao conservadorismo profissional ainda presente no Serviço Social, onde se nota profundas transformações e amadurecimento da sociedade, no que tange a economia, a produção, a política, o estado entre outros elementos que são necessários e marcantes para o modelo de acumulação de capital, e pela influência do neoliberalismo.

O desenvolvimento do projeto ético-político do Serviço Social contou com a dimensão política, organizativa, e de produção de conhecimento da categoria, que buscou a sistematização e aprimoramento das práticas profissionais, da articulação com outras categorias profissionais e de solidariedade aos trabalhadores. Assim, o projeto é visto como um norte a atuação dos Assistentes Sociais, sendo instrumento de compromisso com a democracia e com a qualidade dos serviços prestados a população.

Apesar de algumas implicações na atuação profissional dos assistentes sociais, a efetividade do projeto ético político é caracterizado pelas conquistas das políticas públicas e nas mediações em busca dos direitos sociais e dos trabalhadores. O processo de redemocratização do país é um ponto crucial para a consolidação do projeto.

REFERÊNCIAS

GODOY, Mariana Molina. O CONGRESSO DA VIRADA DE 1979 E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1963/2092>>. Acesso em: 27 JUL 2014.

NETTO, J.P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. *In:Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1 – Brasília: Cead/ABEPSS/CFESS, 1999.*

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 22. Ed. São Paulo, Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.